

## O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA BALANÇA DA JUSTIÇA: ENTRE O DIREITO PENAL E A PROTEÇÃO SOCIAL

THE ROLE OF THE MILITARY POLICE IN THE SCALE OF JUSTICE: BETWEEN THE CRIMINAL LEGAL AND SOCIAL PROTECTION

EL PAPEL DE LA POLICÍA MILITAR EN LA BALANZA DE LA JUSTICIA: ENTRE O DIREITO PENAL Y UNA PROTECCIÓN SOCIAL

Charles da Silva Almeida<sup>1</sup>

**RESUMO:** O papel da Polícia Militar no Brasil é multifacetado, com uma de suas principais responsabilidades sendo a aplicação da lei criminal. Eles são encarregados de um papel significativo na prevenção e resposta ao crime por meio de atividades investigativas e de patrulhamento. Isso envolve uma abordagem proativa em que os policiais realizam patrulhas regulares para impedir atividades criminosas e garantir a segurança pública. Além disso, a Polícia Militar está envolvida em tarefas investigativas, que exigem que eles reúnam inteligência, analisem dados e colaborem com outras agências de aplicação da lei para solucionar crimes. Assim, o objetivo do artigo é explorar o papel duplo da polícia militar no sistema de justiça, a interação entre a aplicação da lei militar e civil e, finalmente, o impacto do policiamento militar na proteção social. Para atender aos objetivos propostos, recorreu-se à pesquisa bibliográfica. Conclui-se que a Polícia Militar no Brasil desempenha um papel duplo crítico que ressalta o delicado equilíbrio entre a aplicação da lei criminal e a promoção da proteção social dentro das comunidades. Suas responsabilidades abrangem funções investigativas e de patrulha voltadas à prevenção e resposta ao crime, ao mesmo tempo em que se envolvem em iniciativas que priorizam a segurança pública e a confiança da comunidade.

6451

**Palavras-chave:** Polícia Militar. Direito Penal. Segurança Pública. Comunidade.

**ABSTRACT:** The role of the Military Police in Brazil is multifaceted, with one of their primary responsibilities being criminal law enforcement. They are tasked with a significant role in preventing and responding to crime through investigative and patrolling activities. This involves a proactive approach where officers conduct regular patrols to deter criminal activity and ensure public safety. In addition, the Military Police are involved in investigative tasks, which require them to gather intelligence, analyze data, and collaborate with other law enforcement agencies to solve crimes. Thus, the aim of this article is to explore the dual role of the Military Police in the justice system, the interaction between military and civilian law enforcement, and finally, the impact of military policing on social protection. To meet the proposed objectives, bibliographical research was used. It is concluded that the Military Police in Brazil plays a critical dual role that highlights the delicate balance between criminal law enforcement and the promotion of social protection within communities. Their responsibilities include investigative and patrol duties focused on crime prevention and response, while also engaging in initiatives that prioritize public safety and community trust.

**Keywords:** Military Police. Criminal Law. Public Safety. Community.

<sup>1</sup>Tecnólogo em Gestão Pública, Pós-Graduando em Direito Penal e Processual Penal, Pós-Graduando em Direito Penal Militar e Processo Penal Militar, Pós-Graduando em Segurança Pública e Organismo Policial, Pós-Graduando em Direito Constitucional.

**RESUMEN:** El papel de la Policía Militar en Brasil es multifacético, siendo una de sus principales responsabilidades la aplicación del derecho penal. Se les atribuye un papel importante en la prevención y respuesta al delito mediante actividades de investigación y patrullaje. Esto implica un enfoque proactivo en el que los agentes de policía realizan patrullas periódicas para prevenir actividades delictivas y garantizar la seguridad pública. Además, la Policía Militar participa en tareas de investigación, que les exigen recopilar inteligencia, analizar datos y colaborar con otros organismos encargados de hacer cumplir la ley para resolver delitos. Por lo tanto, el objetivo del artículo es explorar el doble papel de la policía militar en el sistema de justicia, la interacción entre las fuerzas del orden militares y civiles y, finalmente, el impacto de la policía militar en la protección social. Para cumplir con los objetivos propuestos se utilizó la investigación bibliográfica. Se concluye que la Policía Militar en Brasil desempeña un doble papel crítico que resalta el delicado equilibrio entre la aplicación del derecho penal y la promoción de la protección social dentro de las comunidades. Sus responsabilidades abarcan funciones de investigación y patrullaje enfocadas en prevenir y responder al crimen, al mismo tiempo que participan en iniciativas que priorizan la seguridad pública y la confianza de la comunidad.

**Palabras clave:** Policía Militar. Derecho Penal. Seguridad Pública. Comunidad.

## INTRODUÇÃO

A polícia militar ocupa um papel complexo e multifacetado dentro do sistema de justiça, abrangendo a linha entre a aplicação da lei criminal e o fornecimento de proteção social. Em contextos de conflitos e ambientes pós-conflito, suas contribuições geralmente se estendem além do policiamento tradicional, abrangendo responsabilidades mais amplas que incluem a manutenção da ordem e a proteção de populações civis. Essa dualidade levanta questões críticas sobre a eficácia e a adequação do policiamento militar em vários cenários, particularmente em termos de sua interação com a aplicação da lei civil e suas implicações para a proteção social. À medida que a militarização das forças policiais continua a ganhar força globalmente, uma análise aprofundada do papel da polícia militar dentro das escalas da justiça se torna imperativa (SILVA, 2023).

O papel duplo da polícia militar no sistema de justiça é significativo, especialmente no contexto de missões militares internacionais e aplicação da lei pós-conflito. Conforme descrito em discussões acadêmicas, a polícia militar não apenas se envolve na aplicação da lei criminal, mas também desempenha um papel fundamental em garantir a eficácia operacional dentro das fileiras militares. Sua função primária está enraizada na preservação da disciplina e da boa ordem, o que é essencial para a funcionalidade das forças armadas que operam em ambientes voláteis. Essa dualidade é ressaltada pelas regras e regulamentos estruturados que governam a justiça militar, que são distintos das estruturas legais civis. Embora a justiça militar esteja

principalmente preocupada com questões internas, ela frequentemente se cruza com os sistemas de justiça civil, particularmente quando missões militares são implantadas para auxiliar na aplicação da lei em tempos de instabilidade. A polícia civil, conforme indicado pelas estruturas legais, é encarregada de funções de polícia judicial, o que ressalta a relação colaborativa, porém complexa, entre entidades militares e civis. Essa mistura de papéis revela a necessidade de uma compreensão clara de como a polícia militar pode operar efetivamente em ambos os domínios, garantindo que os princípios da justiça sejam mantidos (VASCONCELOS, 2023).

O autor supracitado menciona ainda que a interação entre a polícia militar e a polícia civil é outro aspecto crucial que define seu papel no sistema de justiça. À medida que as forças de paz militares e policiais se envolvem em esforços cooperativos para prevenir e mitigar a violência contra civis, a dinâmica de sua colaboração pode ser benéfica e desafiadora. Embora haja semelhanças notáveis em seus objetivos — ou seja, a proteção da vida civil e a manutenção da ordem pública — as diferenças em treinamento, protocolos operacionais e autoridade legal podem criar atrito. Por exemplo, uma análise das estruturas organizacionais da polícia civil e militar revela disparidades significativas que complicam a cooperação institucional. O potencial de sobreposição de jurisdições pode levar à confusão e ineficiências nos esforços de aplicação da lei. Além disso, a institucionalização de práticas colaborativas nem sempre é direta, pois precedentes históricos e inércia burocrática frequentemente impedem o progresso. Portanto, aumentar a sinergia entre a polícia militar e a polícia civil exige uma compreensão diferenciada dessas complexidades, juntamente com um compromisso de promover confiança e interoperabilidade para otimizar os resultados de segurança pública.

6453

O impacto do policiamento militar na proteção social é uma preocupação crítica, particularmente à luz da crescente militarização das forças policiais em todo o mundo. Historicamente, a função primária do policiamento tem sido manter ou restaurar a ordem social, um mandato que muitas vezes recai sobre a polícia militar em cenários extremos em que a aplicação da lei civil pode ser sobrecarregada ou ineficaz. No entanto, essa dependência da intervenção militar pode provocar apreensão significativa entre as comunidades, principalmente se for percebida como uma violação das liberdades civis. A pesquisa sugere que a militarização da polícia, juntamente com um declínio nas relações entre a comunidade e a polícia, pode promover um ambiente de desconfiança entre os cidadãos e a aplicação da lei. Essa erosão da confiança é particularmente problemática, pois prejudica os objetivos fundamentais

do policiamento orientado para a comunidade, que depende da colaboração e do respeito mútuo. Além disso, a tendência crescente de utilizar o policiamento militar para abordar questões de segurança interna reflete uma mudança social mais ampla em direção à visão da segurança por meio de uma lente militarista, o que levanta preocupações éticas sobre o papel do estado na regulamentação da segurança pública. À medida que os governos continuam a expandir a influência dos militares nos assuntos domésticos, torna-se imperativo avaliar criticamente as implicações de longo prazo para a proteção social e as consequências potenciais para a sociedade civil. Diante disto, surge a seguinte problemática: Entre o direito penal e a proteção social,

### **qual o papel da polícia militar na balança social?**

Assim, percebe-se que o papel da polícia militar no sistema de justiça é multifacetado e profundamente interligado com as complexidades da aplicação da lei e da proteção social. Seu mandato duplo exige que eles naveguem no delicado equilíbrio entre manter a disciplina militar e auxiliar no policiamento civil, uma tarefa que é repleta de desafios. As interações entre a aplicação da lei militar e civil destacam tanto o potencial para colaboração efetiva quanto as barreiras que devem ser superadas para alcançá-la. Além disso, as implicações do policiamento militar na proteção social levantam questões cruciais sobre confiança, relações comunitárias e as dimensões éticas da provisão de segurança. Entender essas dinâmicas é essencial para desenvolver estruturas que promovam justiça, responsabilização e proteção dos direitos civis em um cenário cada vez mais militarizado.

6454

Este artigo explorará o papel duplo da polícia militar no sistema de justiça, a interação entre a aplicação da lei militar e civil e, finalmente, o impacto do policiamento militar na proteção social. Os objetivos específicos são: descrever a visão geral das funções da polícia militar; destacar a relação da polícia militar e direito penal e evidenciar o papel de proteção social da polícia militar.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

### **VISÃO GERAL DAS FUNÇÕES DA POLÍCIA MILITAR**

O desenvolvimento histórico da polícia militar dentro do contexto do direito penal é essencial para entender seu papel e responsabilidades atuais. A evolução da polícia militar pode ser rastreada até mudanças legislativas e estruturais significativas, como a criação da Inspeção Geral da Polícia Militar em 1967 pelo Decreto-Lei nº 317. Isso marcou um momento importante

na formalização da estrutura da polícia militar e sua integração com a estrutura mais ampla de aplicação da lei criminal. O contexto histórico é ainda mais enriquecido pelo exame da pesquisa bibliográfica e documental que destaca o desempenho da polícia militar ao longo do tempo, particularmente em relação ao seu impacto qualitativo na aplicação da lei. Essa perspectiva histórica fornece subsídios sobre como a polícia militar se adaptou às demandas mutáveis do direito penal, preparando o cenário para suas funções e desafios contemporâneos (VASCONCELOS, 2023).

O papel e as responsabilidades da polícia militar na aplicação da lei criminal são multifacetados e cruciais para manter a ordem pública. A polícia militar é incumbida de uma série de deveres, incluindo prevenção ao crime, manutenção da ordem pública e apoio ao judiciário em investigações criminais. Essas responsabilidades são ressaltadas pelo seu envolvimento em todas as fases do processo criminal, o que destaca seu papel integral no sistema de justiça. As atividades realizadas pela polícia militar são diversas, variando de patrulhas de rotina a operações secretas complexas, como as examinadas em contextos brasileiros. Esse amplo espectro de responsabilidades garante que a polícia militar seja fundamental na defesa da lei e na proteção dos cidadãos, o que requer uma compreensão profunda dos mandatos legais e das considerações de direitos humanos.

6455

As estruturas legais que regem as ações e a autoridade da polícia militar são projetadas para estabelecer diretrizes e garantir a responsabilização. Essas estruturas são encapsuladas em estatutos e leis, como o Estatuto da Polícia Militar, que descreve os direitos, deveres e prerrogativas do pessoal da polícia militar. Além disso, disposições constitucionais, como o Artigo 144 da Constituição Brasileira, delineiam a competência e a jurisdição das forças policiais militares, enfatizando seu papel na segurança pública como um dever do Estado e uma responsabilidade coletiva. Além disso, leis como a Lei do Abuso de Autoridade servem para prevenir má conduta e garantir que as ações da polícia militar estejam alinhadas com os padrões legais e éticos. Esses instrumentos legais são cruciais para orientar as operações da polícia militar, garantindo que atuem dentro dos limites da lei e do respeito aos direitos humanos, reforçando assim sua legitimidade e eficácia na aplicação da lei.

A polícia militar desempenha um papel fundamental na aplicação da lei em contextos militares, mantendo a ordem social e a disciplina. Seus deveres abrangem uma ampla gama de responsabilidades, incluindo garantir a segurança pública, conduzir patrulhas e investigar incidentes. Essas funções são vitais para o funcionamento correto das operações militares, pois

hierarquia e disciplina são os princípios básicos que garantem eficácia e ordem em ambientes militares. Além disso, o Código Militar exige adesão à disciplina rigorosa, às vezes levando a consequências severas, como a prisão de oficiais por infrações menores, como atrasos. Essa adesão rigorosa não apenas reforça a importância da disciplina, mas também ressalta o papel da polícia militar na defesa da lei criminal e dos regulamentos militares (SILVA, 2023).

A distinção entre polícia militar e aplicação da lei civil é marcada por papéis e responsabilidades exclusivos, adaptados aos seus respectivos contextos. Enquanto a polícia militar se concentra em questões imediatas e incidentes em andamento, a aplicação da lei civil normalmente lida com eventos que já ocorreram. Essa diferença é exemplificada pela responsabilidade da polícia militar pelo "policimento ostensivo", que envolve patrulhamento ativo e intervenção em situações em tempo real. Além disso, os policiais militares frequentemente atuam como polícia judiciária, um papel que remonta às práticas históricas da Idade Média, integrando assim as funções judiciais com seus deveres de aplicação da lei. Tais distinções destacam a natureza especializada do papel da polícia militar em equilibrar a aplicação da lei criminal com a proteção social dentro de uma estrutura militar (VASCONCELOS, 2023).

A coordenação com outras agências militares e civis é fundamental para que a polícia militar execute efetivamente suas funções. Essa colaboração garante uma integração perfeita das operações e aumenta a eficácia geral dos esforços de aplicação da lei. A polícia militar frequentemente trabalha ao lado de agências civis para compartilhar inteligência, conduzir operações conjuntas e fornecer suporte mútuo em situações complexas. Essa abordagem cooperativa não apenas otimiza a utilização de recursos, mas também fortalece o vínculo entre os órgãos de aplicação da lei militares e civis. Ao facilitar o diálogo e a troca de dados, essa coordenação ajuda a preencher lacunas entre diferentes agências, promovendo uma abordagem abrangente para manter a ordem social e a segurança.

## POLÍCIA MILITAR E O DIREITO PENAL

A aplicação da lei militar e do Código de Justiça Militar é uma responsabilidade fundamental da polícia militar, garantindo que o pessoal militar cumpra um conjunto distinto de regras e regulamentos que regem sua conduta. O Código de Justiça Militar fornece uma estrutura legal abrangente que aborda delitos exclusivos da vida militar, como deserção, insubordinação e conduta imprópria de um oficial. A polícia militar desempenha um papel

fundamental na manutenção dessas leis, que são essenciais para manter a disciplina e a ordem dentro das forças armadas. Suas atividades de execução vão além do mero policiamento; elas contribuem significativamente para a integridade geral e eficácia operacional das unidades militares. Ao garantir a conformidade com o Código de Justiça Militar, a polícia militar não apenas salvaguarda os direitos dos membros do serviço, mas também mantém os valores essenciais e os padrões éticos esperados do pessoal militar (VASCONCELOS, 2023).

Os processos e procedimentos de investigação para crimes relacionados a militares são meticulosamente estruturados para garantir rigor e justiça. A polícia militar é encarregada de conduzir investigações que podem envolver desafios legais e logísticos complexos, dada a natureza única dos ambientes e atividades militares. Essas investigações geralmente exigem conhecimento especializado de protocolos militares e acesso a áreas restritas, exigindo um alto nível de profissionalismo e experiência da polícia militar. Os principais componentes do processo de investigação incluem reunir evidências, entrevistar testemunhas e colaborar com outras agências policiais militares e civis. O resultado dessas investigações é importante para determinar se um caso prossegue para uma corte marcial militar ou outra forma de ação disciplinar. Ao aderir a procedimentos padronizados, a polícia militar garante que as investigações sejam conduzidas de forma eficiente e imparcial, reforçando assim a legitimidade do sistema de justiça militar (SILVA, 2023).

6457

Desafios legais e questões jurisdicionais enfrentados pela polícia militar são aspectos significativos de seu papel nas escalas da justiça, especialmente ao distinguir entre jurisdições militares e civis. Um dos principais desafios é determinar se um crime se enquadra na lei militar ou civil, pois a polícia militar deve navegar pelas complexidades de estruturas legais sobrepostas. Isso geralmente envolve colaboração com a polícia civil para estabelecer jurisdição e garantir que os processos legais apropriados sejam seguidos. Outro desafio é o potencial para conflitos de interesse, particularmente em casos em que militares são acusados de crimes que também podem ter implicações legais civis. A polícia militar deve exercer diligência e imparcialidade para evitar quaisquer vieses que possam comprometer a integridade da investigação ou dos procedimentos legais subsequentes. Abordar essas questões jurisdicionais requer uma compreensão clara dos sistemas legais militares e civis, bem como comunicação e coordenação eficazes com todas as partes envolvidas (VASCONCELOS, 2023).

## PAPEL DE PROTEÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR

A polícia militar desempenha um papel fundamental em garantir a segurança da comunidade dentro das bases militares. Sua presença é vital para manter um ambiente seguro, onde tanto o pessoal militar quanto suas famílias podem viver e trabalhar sem medo. Ao conduzir patrulhas regulares e responder a incidentes, os policiais militares ajudam a impedir atividades criminosas e manter a ordem. Suas responsabilidades incluem fazer cumprir os regulamentos militares, que contribuem para uma atmosfera disciplinada e segura dentro da base. A aplicação de disciplina rigorosa é essencial, pois garante que todo o pessoal cumpra o Código Militar, o que pode envolver penalidades por infrações como atrasos. Essa aplicação promove uma cultura de responsabilização e responsabilidade, aumentando, em última análise, a segurança geral da comunidade militar.

Além de manter a segurança, a polícia militar fornece serviços essenciais de apoio ao pessoal militar e suas famílias. Esses serviços vão além dos deveres tradicionais de aplicação da lei e abrangem uma série de funções de proteção social. Por exemplo, a polícia militar frequentemente está envolvida na oferta de serviços de aconselhamento, ajudando as famílias a lidar com o estresse da vida militar e fornecendo recursos para suporte à saúde mental. Essa abordagem holística garante que o bem-estar das famílias militares seja priorizado, promovendo um ambiente estável e de apoio. Ao oferecer esses serviços, a polícia militar contribui para o moral geral das tropas, pois as famílias podem contar com uma rede de apoio em momentos de necessidade. Essas iniciativas demonstram o comprometimento da polícia militar com a proteção social de sua comunidade, reforçando seu papel como mais do que apenas agentes da lei (BATITUCCI et al., 2016).

O envolvimento da polícia militar em missões humanitárias e operações de manutenção da paz ressalta seu papel mais amplo na proteção social. Essas missões geralmente envolvem auxiliar na estabilização de zonas de conflito e fornecer ajuda às populações afetadas, demonstrando a versatilidade e o comprometimento humanitário das forças policiais militares. Ao participar dos esforços de manutenção da paz, a polícia militar contribui para a segurança internacional e a promoção dos direitos humanos, refletindo seu duplo papel na aplicação da lei e na proteção social. Seu envolvimento nessas operações destaca a importância da hierarquia e da disciplina, que são fundamentais para o funcionamento eficaz de tais missões. Por meio desses engajamentos, a polícia militar não apenas defende a justiça, mas também desempenha

um papel fundamental na promoção da paz e da estabilidade em escala global (GODINHO, 2013).

## MÉTODOS

Recorreu-se à pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008), é um componente fundamental da investigação científica, concentrando-se principalmente em uma revisão abrangente da literatura existente e na avaliação de fontes de dados acerca da temática. O estudo se concentrou na análise de materiais pré-existentes, como livros e artigos acadêmicos, que serviram como espinha dorsal para desenvolver novos insights ou confirmar teorias existentes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O papel da Polícia Militar na "balança da justiça" – entre o direito penal e a proteção social – é um tema de estudo central na segurança pública, com foco nos desafios enfrentados pela instituição ao tentar equilibrar a aplicação da lei e a promoção do bem-estar social. O equilíbrio entre esses dois aspectos envolve dilemas éticos e práticos, pois, enquanto o direito penal exige uma atuação repressiva para enfrentar o crime, a proteção social sugere um papel mais proativo e preventivo, focado no apoio às comunidades vulneráveis.

6459

Para Godinho (2013), a Polícia Militar enfrenta a dualidade de ser, ao mesmo tempo, uma força de repressão ao crime e uma instituição de proteção à sociedade. Estudos sobre o papel da Polícia Militar nessa balança apontam que a atuação repressiva é a mais visível, especialmente em áreas com altos índices de criminalidade.

A pesquisa de Silva (2023) indica que essa predominância da função repressiva pode ser um fator limitador no desenvolvimento de um papel de proteção social. Quando a atuação policial é percebida pela sociedade como puramente punitiva, pode gerar medo e desconfiança nas comunidades, enfraquecendo o papel da Polícia Militar como promotora de segurança cidadã e como agente de proteção.

O direito penal oferece o arcabouço legal para a ação repressiva da Polícia Militar, legitimando intervenções em casos de flagrante, operações de combate ao tráfico e situações de violência. No entanto, o uso estrito do direito penal, sem o devido equilíbrio com práticas de proteção social, leva a um aumento da violência e à criminalização de populações marginalizadas.

Estudos de Vasconcelos (2023) destacam o conceito de "policciamento seletivo" como uma questão central: a Polícia Militar, em muitos casos, acaba intervindo mais intensamente em regiões pobres e em comunidades vulneráveis, o que perpetua a estigmatização dessas áreas. Essa seletividade enfraquece a credibilidade da polícia e pode comprometer a justiça social.

A proteção social envolve uma abordagem que prioriza a segurança preventiva e a criação de um ambiente de confiança mútua entre a polícia e a população. Batitucci *et al.* (2016) apontam que o policiamento comunitário, quando bem implementado, é uma ferramenta eficaz para integrar a Polícia Militar na comunidade e reduzir o foco exclusivamente punitivo de sua atuação.

Esse modelo de policiamento, adotado com diferentes graus de sucesso no Brasil e em outros países, visa transformar a Polícia Militar em uma força que atua como parceira da comunidade, promovendo segurança, auxiliando na resolução de conflitos e contribuindo para a paz social. Estudos de casos, como os das UPPs no Rio de Janeiro e iniciativas em São Paulo, mostram que o policiamento comunitário, embora desafiador, é capaz de melhorar a imagem da polícia e fortalecer seu papel como agente de proteção.

## CONCLUSÃO

A Polícia Militar no Brasil desempenha um papel duplo crítico que ressalta o delicado equilíbrio entre a aplicação da lei criminal e a promoção da proteção social dentro das comunidades. Suas responsabilidades abrangem funções investigativas e de patrulha voltadas à prevenção e resposta ao crime, ao mesmo tempo em que se envolvem em iniciativas que priorizam a segurança pública e a confiança da comunidade. Esse ato de equilíbrio é essencial, pois não apenas aborda as necessidades imediatas da aplicação da lei, mas também busca cultivar um senso de segurança e cooperação entre a população. Em última análise, a eficácia da Polícia Militar depende de sua capacidade de navegar nessas demandas concorrentes, garantindo que eles defendam a justiça e, ao mesmo tempo, promovam a coesão social e a confiança dentro das comunidades que atendem. À medida que o Brasil continua a enfrentar desafios sociais complexos, o papel da Polícia Militar permanecerá fundamental na formação de uma sociedade mais justa e segura.

## REFERÊNCIAS

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira et al. **Policciamento Comunitário e Participação Social em Minas Gerais: entre a narrativa oficial e a efetividade das reformas.** In: OLIVEIRA JUNIOR, Almir de (Org.). *Instituições Participativas no Âmbito da Segurança Pública: Programas Impulsionados por Instituições Policiais.* Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODINHO, Leticia. O policiamento comunitário entre o aprofundamento democrático e a prevenção criminal – uma proposta de revisão. **Economia e políticas públicas: revista eletrônica de economia**, Montes Claros, v.1, n.1, p. 181-210, 2013

SILVA, Aldir. **A Polícia Militar e seu Papel na Sociedade.** (2023). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-policia-militar-e-seu-papel-na-sociedade/1991396993>. Acesso em: 12 jul. 2024.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. **Segurança pública como direito social [livro eletrônico] : Uma revisão bibliográfica e conceitual (2010-2022).** São Paulo : Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.